

TRAJETÓRIA VITORIOSA

Conquistas fazem de 2014 ano histórico para a magistratura

O ano de 2014 vai entrar para a história da magistratura mineira em função de conquistas importantes para a classe, desde a qui-

tação ampliada de direitos adquiridos e aplicação de benefícios alcançados com a nova LODJ, aprovada, sancionada e implantada em

tempo recorde pela Assembleia Legislativa, Governo do Estado e Tribunal de Justiça. No plano nacional, o Congresso Nacional manifestou

o devido reconhecimento com a aprovação do reajuste dos subsídios. Com a chegada de 2015, quando completa 60 anos, a Amagis

intensificará esforços pela valorização da magistratura, democratização e modernização do Judiciário.

Páginas 3 a 5

Amagis agracia expoentes do Judiciário

Eduardo Rocha



Pedro Bitencourt, Cármen Lúcia, Caçado Trindade e Herbert Carneiro

Em noite memorável e altamente prestigiada pelos três Poderes e parceiros, a Amagis homenageou com a Medalha Guido Andrade, sua maior honraria, dois expoentes do Judiciário brasileiro e internacional: a vice-presidente do STF, ministra Cármen Lúcia, e o juiz da Corte de Haia, Caçado Trindade.

Páginas 6 a 7

Eduardo Rocha



Encontro reuniu magistrados de todo o Estado

CELEBRANDO VITÓRIAS - Magistrados do interior e da capital e familiares se reuniram em clima de confraternização, que ficou marcada pela campanha de valorização da classe por uma justiça cidadã.

Páginas 12 a 16

Juizes aprovam campanha de valorização

Página 8

Saiba como fazer uso do transporte aeromédico

Página 23

Com união, magistratura conquista vitórias históricas

HERBERT CARNEIRO*

Ao concluímos mais um ano de gestão compartilhada e participativa, transformamos 2014 em um marco histórico para a magistratura mineira por conta de novas e inéditas conquistas para toda a classe, pelo reconhecimento efetivo de direitos adquiridos e pelo incentivo ao aperfeiçoamento do Judiciário em favor da cidadania. São avanços que valorizam a carreira e trazem melhorias às condições de trabalho para cada magistrado, da primeira à segunda instância, e que não poderiam ser alcançados sem a participação e o apoio de todos.

Além dessa convergência em torno de nossa retórica, temos que reconhecer também a parceria, igualmente inédita, da direção do Tribunal de Justiça, por meio de seu presidente, o desembargador Pedro Bitencourt. Através dessa soma de esforços, abrimos e fechamos o ano consolidando, num prazo recorde, a nova LODJ, que contou ainda com o compromisso público da Assembleia Legislativa perante o Judiciário e a Magistratura.

A célere tramitação, aprovação e sanção do projeto (PL 59/2014) promoveu, em apenas quatro meses, a revisão da organização judiciária no Estado, com reconhecidos avanços ao aperfeiçoamento da Justiça. Foi um feito histórico em toda a trajetória associativa da magistratura mineira. Cientes de sua missão constitucional, e pautados por princípios democráticos e republicanos, os deputados têm sido parceiros na construção permanente de uma sociedade mais justa, por meio de um Judiciário mais eficiente e de uma Justiça mais acessível, ágil e verdadeiramente justa e cidadã.

De sua parte, o Governo do Estado correspondeu ao mesmo compromisso, confirmando que a harmonia e parceria entre os Poderes, guardadas suas particularidades e funções distintas, são fundamentais ao estado de direito e convergem, em suas finalidades e destinação, ao interesse do cidadão, do Estado e do País. Obtivemos ainda importante reconhecimento no Congresso Nacional, com a aprovação do reajuste dos subsídios.

Outro momento que entrará para a história da Amagis foi a homenagem prestada a dois magistrados mineiros que, hoje, são expoentes do Judiciário brasileiro e internacional: a vice-presidente do STF, ministra Cármen Lúcia Antunes Rocha, e o juiz da Corte Internacional de Justiça (Haia), o professor An-

tônio Cançado Trindade. Configuram personalidades que fizeram e fazem história por suas ações, virtudes e dedicação à construção de um mundo melhor, mais justo, mais democrático e mais cidadão.

A Amagis se orgulha de tê-los como parceiros no debate e construção constantes pelo fortalecimento do Judiciário e pela defesa dos direitos humanos. Recebê-los, em noite memorável e prestigiada pelos representantes de todos os três Poderes, deixou a magistratura mineira ainda mais engrandecida e honrada.

Já tínhamos tido a satisfação de recebê-los na Associação em outras oportunidades altamente proveitosas. No dia 30 de junho, a ministra Cármen Lúcia esteve aqui, em nossa Amagis, para, humildemente e com sabedoria, ouvir os juízes e juízas de nosso estado, em nome do Supremo Tribunal Federal, sobre o que pensam a respeito do aperfeiçoamento do Judiciário. Em recente passagem pela Associação, o professor Cançado Trindade pontificou para juízes e desembargadores mineiros e brasileiros, no dia 25 de julho, aula magna sobre a jurisprudência internacional e sua contribuição para os direitos humanos.

A obra de nossos homenageados é tão generosa quanto a do saudoso e querido desembargador Guido Andrade, que superou os limites do tempo e do próprio homem e permanece vivo em nosso cotidiano como inspiração à judicatura de nossos tempos e, em especial, à vitoriosa trajetória associativa de nossa Amagis.

Condecorar pessoas tão relevantes para a construção do estado democrático e da cidadania como eles

tem alto significado para nós e renova as forças para continuarmos nessa caminhada institucional.

Em 2015, quando a Amagis completa 60 anos de vitórias, ampliaremos nossos esforços pela valorização da magistratura por uma Justiça cidadã, de acordo com o foco da campanha que lançamos no final de 2014.

Celebramos o novo ano com a intensificação de nossos esforços no sentido de pavimentar a valorização por meio de novas conquistas, como a PEC 63, a nova Loman, a democratização irreversível do Judiciário, juntamente com a permanente melhoria das condições de trabalho e de segurança.

Aos magistrados mineiros, com a nossa união, teremos um 2015 de novas conquistas! ●

(*) Presidente da Amagis

“Através da soma de esforços, abrimos e fechamos o ano consolidando, num prazo de apenas quatro meses, a nova LODJ”



Jornal Mensal da Associação dos Magistrados Mineiros AMAGIS

Rua Albitea, 194 • Cruzeiro
Belo Horizonte • MG
Telefax: (31) 3079-3499
e-mail: imprensa@amagis.com.br
www.amagis.com.br

ISSN - 1981-4577
(Decisão Impresso)
ISSN - 1981-4569
(Decisão On-line)

Presidente:

Desembargador Herbert
José Almeida Carneiro

Vice-presidente Administrativa:
Juíza Luzia Divina de Paula Peixoto

Vice-presidente Financeiro:
Juiz Luiz Carlos Rezende e Santos

Vice-presidente de Saúde:
Juiz Maurício Torres Soares

Vice-presidente dos Aposentados e Pensionistas:
Desembargador Tibagy
Salles Oliveira

Vice-presidente do Interior:
Juíza Ivone Campos
Guilarducci Cerqueira

Vice-presidente Sócio-cultural-Esportivo:
Desembargador Tiago Pinto

Diretor-Secretário:
Morvan Rabêlo de Rezende

Diretora-Subsecretária:
Juíza Maria da Graça Rocha Santos

Diretoras de Comunicação:
Juízas Aldina de Carvalho Soares
e Rosimere das Graças do Couto

Coordenador de Comunicação:
Bruno Gontijo • Mtb - MG: 11008

Jornalistas:

Georgia Baçvaroff • Mtb - MG: 08441
Adriano Boaventura • Mtb - MG: 9181
Fernanda Marques • Mtb - MG: 12188
Tiago Parrela • Mtb - MG: 14634

Projeto Gráfico:
Agência Graffo

Diagramação:
Fosfato Comunicação Digital

Pré-impressão/Impressão:
Gráfica e Editora Del Rey

Tiragem: 2.300 exemplares

ÍNDICE

Nova conquista da LODJ será paga em fevereiro **3**

Conheça condições de uso do **23** transporte aeromédico

» Nova conquista da LODJ será paga em fevereiro	03
» Reajuste é aprovado pela Câmara e pelo Senado	04
» Suplementação garante pagamento de direitos	05
» Amagis homenageia dois expoentes do Judiciário	06
» Magistrados aprovam campanha de valorização	08
» Julgamento virtual reduz sessões presenciais	09
» Amagis edita publicação com trabalho da Comissão	10
» Magistrados participam de curso em Divinópolis	10

» CNJ apresenta projeto no TJMG	10
» Coral e Orquestra dão brilho a festejo de natal	11
» Campanha por Justiça cidadã marca encontro	12
» Amagis reabre colônia de Nova Viçosa após reforma	18
» TCE e CMBH agraciam magistrados mineiros	19
» Filarmônica abre inscrições para temporada 2015	20
» Conheça condições de uso do transporte aeromédico	23
» Conselho Gestor autoriza ajustes no regulamento	24

Suplementação garante pagamento de direitos **5**

24 Conselho Gestor autoriza ajustes no regulamento

BENEFÍCIOS

Nova conquista da LODJ será paga em fevereiro

Adriano Boaventura



Herbert Carneiro na sessão que aprovou o benefício

O pagamento do auxílio-saúde para toda a classe, regulamentado pelo Órgão Especial do Tribunal de Justiça de Minas Gerais (TJMG), no dia 10 de dezembro, no valor de 10% do subsídio, está previsto para o dia 10 de fevereiro deste ano.

O benefício é uma das conquistas da nova Lei de Organização e Divisão Judiciárias (LODJ), aprovada pela Assembleia Legislativa de Minas Gerais em junho de 2014, depois de tramitação célere, de apenas quatro meses, no Legislativo.

A aprovação e sanção da nova LOJD em tempo recorde é consequência da boa interlocução da Amagis com o TJMG, o Legislativo e Executivo estaduais. Desde a elaboração das propostas para a nova lei, a diretoria da Amagis

tem mantido o diálogo permanente com o Tribunal de Justiça e os demais poderes, a fim de garantir os direitos e prerrogativas da magistratura.

Entre os avanços conquistados pela Associação estão as gratificações de auxílio-moradia, pelo exercício da direção do Foro, por motivo de cooperação ou substituição em outra comarca, pelo trabalho como membro da turma recursal, por cooperação ou substituição em outra vara ou comarca, e a compensação ou indenização por plantões nos fins de semana e feriados, pagamento equivalente a um subsídio a título de custeio de despesas de transporte e mudança, quando o magistrado for removido ou promovido para outra comarca. ●

CONQUISTAS E DESAFIOS

Diretoria faz um balanço de 2014 e planeja 2015

Adriano Boaventura



Diretores da Associação reunidos para realizar o planejamento de 2015

A diretoria da Amagis reuniu-se, no dia 19 de dezembro, para fazer um balanço de 2014, destacando as conquistas

no ano, e o planejamento para 2015.

Diversos assuntos como a aplicação do novo subsídio, a con-

tinuidade da implantação das conquistas da nova LODJ, a quitação dos direitos trabalhistas, a PEC 63 e a come-

moração dos 60 anos da Associação pautaram a reunião. Além disso, outros assuntos de interesse da magis-

tratura, discutidos o ano todo com juízes do interior e da capital, foram destacados.

Participaram da reunião, além do presidente da Amagis, desembargador Herbert Carneiro, a vice-presidente Administrativa, juíza Luzia Peixoto, o vice-presidente Financeiro, juiz Luiz Carlos Rezende e Santos, o vice-presidente de Saúde, juiz Maurício Soares, o vice-presidente de Aposentados e Pensionistas, desembargador Tibagy Salles, o vice-presidente Sociocultural-Esportivo, desembargador Tiago Pinto, a diretora do Parque Esportivo, juíza Riza Aparecida Nery, o diretor tesoureiro, juiz José Martinho Nunes Coelho, o diretor de Saúde, desembargador Edison Feital, e o diretor financeiro do Amagis Saúde, juiz Cláudio Figueiredo. ●

NOVO SUBSÍDIO

Reajuste é aprovado pela Câmara e pelo Senado

O projeto de lei nº 7.917/14, de autoria do Supremo Tribunal Federal, que reajusta o subsídio dos ministros do STF, com efeitos para toda a magistratura, foi aprovado no dia 17 de dezembro, tanto pela Câmara dos Deputados quanto pelo plenário do Senado Federal, e segue agora para a sanção presidencial.

Durante sua tramitação na Câmara, o projeto foi identificado pelo nº 7.917/2014. Ao ser encaminhado ao Senado, o texto recebeu o nº 131/2014 (PLC - Projeto de Lei da Câmara). O projeto, que foi aprovado, na tarde do dia 17 de dezembro, na Câmara dos Deputados, reajusta os subsídios para R\$ 33.763,00 a partir de janeiro de 2015.

No mesmo dia, o projeto foi aprovado pelo Senado, tendo sido acompanhado pela Amagis, durante um esforço concentrado dos parlamentares para o término da pauta na última semana legislativa do ano. O juiz Gilson Soares Lemes, diretor da Amagis, acompanhou, durante dois dias, as sessões da Câmara e do Senado, representando o presidente Herbert Carneiro, ao lado de dirigentes da AMB e de outras Associações estaduais.

Além disso, a Associação acompanhou todo o trâmite no Congresso. O presidente da Amagis, juntamente com representantes da magistratura de outros estados e da AMB, esteve várias vezes em Brasília dialogando com os parlamentares. ●



Magistrados acompanharam a tramitação do projeto na Câmara dos Deputados

ENCONTROS NO INTERIOR

Presidente do TJMG e da Amagis reúnem-se com juízes



Desembargadores e juízes em Ituiutaba, no Pontal do Triângulo

Os presidentes do TJMG, desembargador Pedro Bitencourt, e da Amagis, desembargador Herbert Carneiro, estiveram, neste mês de dezembro, nas Comarcas de São Sebastião do Paraíso e Ituiutaba, res-

pectivamente nos dias 12 e 16 de dezembro.

Nos encontros, eles conversaram com os juízes das comarcas sobre diversos temas de interesse da magistratura, como a implementação das conquistas da nova

LOD), melhores condições de trabalho e de segurança, aperfeiçoamento do Judiciário e prestação de contas da Associação.

No dia 12 de dezembro, o TJMG inaugurou o novo Fórum da Comarca

de São Sebastião do Paraíso, no Sul de Minas. O evento também contou com a participação do corregedor-geral de Justiça, desembargador Antônio Sérvulo, e do diretor do foro da Comarca, juiz Marcos Antônio Hipólito Rodrigues.

No dia 16 de dezembro, os desembargadores participaram de uma audiência pública, na Comarca de Ituiutaba, conduzida pelo juiz Marcos José Vedovotto, na qual foram anunciados os nomes das entidades sociais que receberão recursos provenientes de prestações pecuniária, durante evento que contou também com a participação do desembargador Cássio Salomé. ●

DIÁLOGO COM PODERES

Suplementação amplia o pagamento de direitos

Após permanente diálogo da Amagis e do TJMG com os parlamentares, a Assembleia Legislativa de Minas Gerais aprovou, em turno único, no dia 15 de dezembro, projeto de lei que abriu suplementação orçamentária ao Tribunal de Justiça de Minas Gerais (TJMG).

No dia 17 de dezembro, o governador do Estado, Alberto Pinto Coelho, sancionou o projeto e, no mesmo dia, o presidente da Amagis, desembargador Herbert Carneiro, encaminhou ofício ao presidente do TJ, desembargador Pedro Bitencourt Marcondes, requerendo expedição de folha suplementar para pagamento de créditos trabalhistas da magistratura mineira.

Os pagamentos do Tribunal foram feitos no dia 23 de dezembro, referentes a parcelas da URV e da equivalência salarial a quem tinha direito.

REUNIÃO

Para que a votação do projeto que abria suplementação acontecesse, os presidentes do TJMG e da Amagis se reuniram, na Assembleia, na manhã do mesmo dia, com representantes do então governador Alberto Pinto e do governador eleito e dos outros Poderes, em favor de pauta mínima para desobstruir os trabalhos. Após intensas negociações, chegou-se a um acordo para o destravamento da pauta de votações, o que permitiu uma tramitação célere do projeto de suplementação. ●

Ricardo Barbosa / ALMG



Presidente da Amagis participa de reunião, na Assembleia, que definiu pelo acordo

Ricardo Barbosa / ALMG



Georgia Baçvaroff



Georgia Baçvaroff



Georgia Baçvaroff



Herbert Carneiro conversa com deputados durante a votação no plenário

MEDALHA GUIDO DE ANDRADE

Amagis homenageia dois expoentes do Judiciário

Eduardo Rocha



Os presidentes da Amagis, Herbert Carneiro, e do TJMG, Pedro Bitencourt, homenageiam Cármen Lúcia e Caçado Trindade

A Amagis homenageou, no dia 18 de dezembro, com a Medalha Guido de Andrade, sua maior honraria, a trajetória de dois ilustres mineiros que são, hoje, expoentes do Judiciário brasileiro e internacional. Foram homenageados, no ano de 2014, a vice-presidente do STF, ministra Cármen Lúcia Antunes Rocha, e o juiz da Corte Internacional de Justiça (Haia), professor Antônio Augusto Cançado Trindade.

Realizada no Salão de Festas da Amagis, a solenidade foi aberta pelo presidente Herbert Carneiro, que destacou a noite histórica para a magistratura mineira, pela homenagem a duas personalidades que fizeram e fazem história por suas ações, virtudes e dedicação à construção de um mundo melhor. De acordo com ele, ao receber as ilustres visitas dos agraciados, quem fica

engrandecida e honrada é a magistratura mineira, por meio de sua entidade maior e legítima representante, a Amagis. “A obra dos senhores homenageados é tão generosa quanto a do saudoso e querido desembargador Guido Andrade, que superou os limites do tempo e do próprio homem e permanece vivo em nosso cotidiano como inspiração à judicatura de nossos tempos e, em especial, à vitoriosa trajetória associativa de nossa Amagis”, afirmou Herbert Carneiro.

O presidente da Associação enalteceu as trajetórias dos homenageados e suas contribuições para a construção do estado democrático e da cidadania, com um grande exemplo para a atuação da magistratura mineira. “A magistratura mineira tem demonstrado grande compreensão do seu papel social nesse momento

que buscamos promover condições de vida mais humanas e justas para todos os cidadãos de Minas e do Brasil”, disse.

O orador oficial da cerimônia foi o desembargador Luiz Audebert Delage Filho, e o secretário foi o juiz Christyano Lucas Generoso.

“A obra dos senhores homenageados é tão generosa quanto a do saudoso e querido desembargador Guido Andrade.”

– presidente da Amagis Herbert Carneiro

Ao fazer uso da palavra, o desembargador Delage Filho classificou a homenagem da Amagis como um símbolo do reconhecimento, do respeito e da gratidão da magistratura mineira aos que souberam

reconhecer e apoiar seu papel de órgão de classe, sempre a pugnar pela divulgação de ideias em prol do crescimento do associativismo da classe. Sobre os homenageados, o orador oficial destacou que “Suas Excelências jamais optaram ou se deixaram levar pela comodidade ou pelas facilidades do poder. Antes, têm se ocupado em contribuir para o fortalecimento do Estado Democrático de Direito tão decantado em nossa Constituição Cidadã.

“A magistratura mineira, então, se regozija em entregar esta tão cara comenda a pessoas do porte de Vossas Excelências, autoridades públicas no mais puro sentido da expressão, irmanados no mais salutar propósito de perseverar na construção de nações, cujos alicerces estejam sempre bem apoiados em garantias inquebran-

táveis e que estejam sempre a valorizar a pessoa humana”, exaltou Delage.

“Receber a Medalha Guido de Andrade é um ato que reveste tanto a mim quanto à ministra Cármen Lúcia de imensa satisfação”, disse o jurista Caçado Trindade, que falou em nome dos homenageados. De acordo com ele, jamais imaginaria que, três décadas depois de preparar os pareceres que serviram de fundamento à adesão do Brasil aos tratados gerais de direitos humanos, em meados dos anos 1980, iria comparecer numa cerimônia na companhia da ministra. “Hoje, aqui, a Amagis nos congrega”, disse Caçado Trindade, para quem a homenagem indica que os tribunais nacionais e internacionais se comunicam.

Para a ministra Cármen Lúcia, receber a Medalha Guido de Andrade é uma honra.

“O que vem de Minas é sempre importante para nós”, destacou.

A solenidade contou com a presença de diversas autoridades, entre elas o governador de Minas, Alberto Pinto Coelho, o governador eleito, Fernando Pimentel, o presidente do Tribunal de Justiça de Minas, desembargador Pedro Bitencourt, o presidente da Assembleia Legislativa, Dinis Pinheiro, a defensora pública geral, Christiane Procópio Malard.

MESA DE HONRA

Além deles, compuseram a mesa de honra, o corregedor do TJMMG, juiz Fernando José Armando Ribeiro; o presidente da AMMP, procurador de Justiça Nedens Ulisses; o procurador geral Rusvel Beltrame, representando o prefeito de Belo Horizonte, Márcio Lacerda; Marco Antônio Teixeira, representando o governador eleito Fernando Pimentel; o advogado Fernando Botelho, representando o presidente da OAB-MG, Luis Cláudio da Silva Chaves, e o procurador do Estado Alberto Guimarães, representando o advogado-geral do Estado Roney Luiz Torres Alves da Silva.

CORAL

A cerimônia contou também com a participação do Coral da Amagis que, sob a regência

Eduardo Rocha



Alberto Pinto, Cármen Lúcia, Pimentel, Bitencourt e Herbert Carneiro



Realizada no Salão da Amagis, solenidade foi muito prestigiada

do maestro Marco Antônio Moreira da Silva e coordenado pelos desembargadores Guilherme Luciano Baeta Nunes e Armando Pinheiro Lago, interpretou o Hino Nacional.

Essa foi a oitava edição da Medalha que já homenageou diversas personalidades entre elas o vice-presidente da República, José

Alencar. Também já foram agraciados com a honraria da Amagis: os ex-ministros do STF Sepúlveda Pertence, Francisco Rezek, Célso Borja e Carlos Velloso, os ex-governadores Itamar Franco, Alberto Pinto Coelho, Aécio Neves e Antônio Anastasia, os deputados Elmiro Nascimento, Durval Ângelo e Dinis

Pinheiro, o desembargador Luiz Fernando Carvalho, o ex-secretário de Estado Danilo de Castro, o ex-ministro do STJ Sálvio de Figueiredo, os ministros Carlos Alberto Reis de Paula e Antônio José de Barros Levenhagen, do TST, o ministro da Justiça, José Eduardo Cardozo, o teólogo Frei Betto, entre outros. ●

“

“O que vem de Minas é sempre importante para nós” – Ministra Cármen Lúcia, vice-presidente do STF

“Receber a Medalha Guido de Andrade é um ato que nos reveste de imensa satisfação” – Jurista Caçado Trindade

“A magistratura mineira se regozija em entregar esta tão cara comenda a pessoas, do porte de Vossas Excelências, Ministra Cármen Lúcia e o jurista Caçado Trindade” – desembargador Audebert Delage – Orador Oficial

“Condecorar pessoas tão relevantes para a construção do estado democrático e da cidadania como os senhores tem alto significado para nós e renova as forças para continuarmos nessa caminhada institucional da Amagis” – Desembargador Herbert Carneiro

”

HISTÓRICO

A Comenda Desembargador Guido de Andrade foi instituída pela Amagis por meio da portaria normativa nº 1, de 15 de junho de 2007, durante a gestão do ex-presidente Nelson Missias de Moraes, sob a coordenação do juiz Marcos Henrique Caldeira Brant.

O desembargador José Guido de Andrade foi um ícone da magistratura mineira. Sua morte, em 2004, representou uma grande perda para a classe, mas não apagou as boas memórias de suas lutas e conquistas em prol de todo o Poder Judiciário. Além de ter exercido a magistratura, tendo sido juiz e desembargador, foi promotor de justiça, professor, e compôs a Comissão Especial, que apresentou sugestões às alterações do Código de Processo Penal, em 1991. Aposentou-se em 2002.



JUSTIÇA CIDADÃ

Magistrados aprovam campanha de valorização

A campanha deflagrada pela Amagis pela valorização da magistratura em prol da justiça cidadã foi bem recebida pelos magistrados mineiros. As primeiras peças são três vídeos, cujo objetivo é destacar a importância do trabalho da Justiça e dos magistrados para a vida dos cidadãos e para a construção da paz social.

Os vídeos estão disponíveis no site da Associação (www.amagis.com.br) e no canal da Amagis no Youtube (www.youtube.com/AmagisMG).

A campanha se estenderá ao longo de todo o ano de 2015, fazendo parte das comemorações dos 60 anos da Associação, e contará com outras peças (vídeos, cartazes e spots de rádio).

Para cumprir seu papel, o magistrado se desdobra, cotidianamente, muitas vezes em condições de trabalho pouco adequadas e sem a devida compreensão pela sociedade

de alcance social das decisões judiciais e de suas prerrogativas funcionais.

As primeiras peças desta campanha destacam a atuação dos magistrados mineiros, contada por meio de três exemplos nas áreas de execução penal, direito à saúde e mediação de conflitos familiares.

Em todos os casos, os juízes explicaram o tra-

balho desenvolvido em cada uma dessas áreas, e os jurisdicionados deram depoimentos sobre a atuação positiva da Justiça em suas vidas.

REPERCUSSÃO

O juiz Aloysio Libano de Paula Júnior, da Comarca de Lagoa da Prata, também aprovou os primeiros vídeos da campanha por levar à sociedade uma nova perspectiva sobre a atuação social dos juízes.

A juíza Patrícia Maria Oliveira Leite, da Comarca de Passos, disse que essa iniciativa, além de ser inovadora, vai muito além do interesse do juiz e busca alcançar toda a sociedade. Além disso, a magistrada parabenizou o presidente da Amagis pela dedicação e defesa da classe.

O juiz Flávio Junqueira Silva, da Comarca de Baependi, em comentário na página da Amagis no Facebook, elogiou a iniciativa e destacou que os benefícios que a magistratura traz à sociedade devem ser mostrados. "Penso que a campanha é ótima e vem em boa hora", escreveu Junqueira.

Para o juiz Carlos Alberto Pereira da Silva, da Comarca de Poços de Caldas, a campanha mostra para a sociedade o trabalho dos magistrados de uma maneira diferente, destacando os benefícios para os cidadãos. ●



Juízes Leonardo Públio, Andréa Barcelos e Thiago Colnago

4ª CÂMARA CRIMINAL

Julgamento virtual reduz sessões presenciais

Com apenas três meses de implantação, os benefícios do julgamento virtual já são percebidos na 4ª Câmara Criminal do Tribunal de Justiça de Minas Gerais. Além de reduzir a sessões presenciais de quatro para duas, o sistema possibilitou que os magistrados realizem seis julgamentos por mês, já que, na mesma semana em que acontece a sessão física, também é realizada a virtual.

De acordo com o presidente da 4ª Câmara Criminal, desembargador Julio Cezar Gutierrez, o julgamento virtual facilita o trabalho na medida em que as informações do processo estão disponíveis na internet, dando mais flexibilidade para os magistrados despacharem, preservando a decisão colegiada. Para Gutierrez, apesar da tecnologia não ser nova, é importante adequar a metodologia de trabalho ao sistema, buscando o aperfeiçoamento da prestação jurisdicional.

No julgamento virtual, o desembargador relator despacha, designando os feitos a serem julgados; o cartório publica a pauta e os advogados têm dez dias para manifestar sua discordância, podendo comunicar a necessidade de sustentação. Em caso de sustentação oral, o julgamento é realizado na sessão presencial. Outro aspecto positivo do modelo é a possibilidade de se adiantar julgamentos no caso de marcação de férias de desembargadores, dentro das hipóteses em que o regimento interno do Tribunal de Justiça permita. ●

Adriano Boaventura



A carga processual é um dos maiores desafios do Poder Judiciário

AMAGIS JURÍDICA

Conselho recebe textos da revista

Adriano Boaventura



Amagis Jurídica chega à sua 9ª edição

O Conselho Editorial da Revista Amagis Jurídica já iniciou os trabalhos para a próxima edição da publicação e está recebendo artigos científicos de magistrados e operadores do Direito interessados, que podem contribuir na sessão espaço aberto.

Os textos podem ter, no máximo, 30 mil caracteres, ser fruto

de uma tese de mestrado, por exemplo, conter resumo inicial (de 5 a 10 linhas), conversão em inglês (abstract) e bibliografia. Para enviar artigos, ou obter mais informações, entre em contato com a Assessoria de Comunicação da Amagis pelo telefone (31) 3079-3453 ou pelo e-mail imprensa@amagis.com.br. ●

FÓRUM JUSTIÇA 2015

ENM participa de encontro anual



Encontro foi realizado na UERJ

O diretor-presidente da Escola Nacional da Magistratura (ENM), juiz Marcelo Piragibe, participou, no dia 3 de dezembro, dos debates preparatórios para o Fórum Justiça 2015. O encontro foi realizado na Universidade do Estado do Rio de Janeiro, onde foi abordado o modelo de Justiça integrador e desafios para o sistema judicial.

Na ocasião, Piragibe destacou que a discussão foi importante para a aproximação da ENM com outras escolas de formação de operadores do Direito, como as escolas nacionais da Defensoria Pública, do Ministério Público e da Ordem dos Advogados do Brasil. A ENM participará dos debates do Fórum em 2015 nas temáticas relativas à formação dos magistrados. ●

EXECUÇÃO PENAL

Amagis edita publicação com trabalho da Comissão

A Amagis edita, em janeiro deste ano, uma publicação contendo todo o trabalho desenvolvido pelos magistrados mineiros que integram a Comissão para Estudos da Lei de Execução Penal. A publicação vai conter a proposta de substitutivo feita pelos magistrados, bem como artigos, de autoria dos juizes, que foram publicados pela imprensa regional, nacional e sites jurídicos sobre o tema.

Durante meses de intenso trabalho e estudo, a Comissão, formada por sete magistrados, trabalhou, ponto a ponto, o projeto que altera as regras da execução penal no país, analisando o que pode ser aprimorado, e recebeu sugestões dos magistrados. O resultado foi a confecção de uma proposta de substitutivo (disponível para consulta no site da Amagis), que será entregue aos parlamentares. O objetivo é propor melhorias

ao texto da nova Lei, que tramita no Senado.

CONGRESSO DA AMB

O presidente da Amagis, desembargador Herbert Carneiro, enviou ofício ao presidente da AMB, juiz João Ricardo Costa, dia 15 de dezembro, sugerindo a participação dos integrantes da comissão no Congresso Nacional de Magistrados, que será realizado de 29 a 31 de outubro de 2015, em Rio Quente (GO). ●

Divulgação



Propostas à nova Lei de Execução Penal



Publicação traz proposta de substitutivo

CJUR 2014

Magistrados participam de curso em Divinópolis

Tiago Parrela



Autoridades compuseram mesa de honra na abertura do III CJur

Magistrados e servidores do TJMG participaram, nos dias 27 e 28 de novembro, do 3º Cjur 2014, na Comarca de Divinópolis, Centro-Oeste de Minas. Realizado pela Ejef, o curso, que teve como tema "Perspectivas do Novo Cenário Processual e o Direito Virtual no Brasil", contou com a participação do ministro aposentado Carlos Velloso, ex-presidente do STF. Ele proferiu a palestra

magna, com o tema "Jurisdição Constitucional: inovações". De acordo com o ministro, não há liberdade e democracia sem jurisdição constitucional.

A abertura do curso contou com a presença do 2º vice-presidente do TJMG e superintendente da Ejef, desembargador Kildare Carvalho, que destacou a importância da realização do evento em tempos de avanços tecno-

lógicos. O juiz Dalton Soares Negrão, coordenador do núcleo da Ejef, em Divinópolis, deu as boas-vindas a todos os presentes. O presidente da Amagis, desembargador Herbert Carneiro, participou da solenidade de abertura.

Processo Judicial eletrônico, marco civil da internet e a reforma do processo penal foram assuntos abordados durante o curso. ●

JUDICIÁRIOS ESTADUAIS

CNJ apresenta projeto no TJMG

Adriano Boaventura



Evento foi realizado na sede do TJMG

Por meio do conselheiro Rubens Curado, o CNJ apresentou, no dia 25 de novembro, o Projeto de Diagnóstico e Fortalecimento dos Judiciários Estaduais, no TJMG. O objetivo é traçar o diagnóstico dos tribunais de Justiça estaduais nas áreas de orçamento e recursos humanos, a fim de subsidiar a elaboração de propostas para a mo-

dernização administrativa desse ramo do Poder Judiciário. O presidente do Tribunal de Justiça de Minas Gerais, desembargador Pedro Bitencourt, destacou a importância de se buscar melhorias no rendimento do Judiciário e ter o reconhecimento da coletividade. O presidente da Amagis, desembargador Herbert Carneiro, participou do evento. ●

CELEBRAÇÃO DE NATAL

Coral e Orquestra dão brilho a festejo de natal

Renata Caldeira/TJMG



Meninos do coral e da orquestra cantam na entrada do Palácio da Justiça

O Coral e a Orquestra Infantojuvenil do TJMG, com o objetivo de celebrar o Natal, presenteou, no dia 9 de dezembro, a população da capital mineira com

uma apresentação de Cantatas de Natal.

Durante a cerimônia, que aconteceu nas escadarias do Palácio da Justiça, em Belo Horizonte, o desembar-

gador Wagner Wilson, superintendente da Coordenadora da Infância e Juventude (Coinj) do TJMG, agradeceu a todos os parceiros do projeto e fez um apelo

aos magistrados mineiros pelo aprimoramento da Justiça da Infância e da Juventude. O presidente do TJMG, desembargador Pedro Bitencourt, destacou o

esforço e dedicação de todos os envolvidos, que tornaram o projeto uma realidade.

A apresentação marcou também a inauguração da iluminação especial de Natal do Palácio da Justiça, a chegada do Papai Noel e a entrega simbólica dos presentes arrecadados pelo TJMG na Campanha "Papai Noel dos Correios".

No repertório, diversas canções de Natal foram apresentadas, como 'Noite feliz', 'Bom velhinho', e 'Bate o sino'.

A Amagis é parceira da Coinj e apoia a Orquestra Jovem e Coral Infantojuvenil do TJMG, que foram convidados para realizar, no próximo ano, a turnê internacional "Justiça e Paz se Abraçarão". Os interessados em contribuir podem fazer a doação pela conta 20399-8, agência 1615-2, no Banco do Brasil. ●

AÇÃO SOCIAL

Nutris celebra o Natal com visita de Papai Noel

Adriano Boaventura



Crianças do Nutris vibram com os presentes

As crianças atendidas pelo Núcleo de Trabalho e Integração Social (Nutris) receberam, no dia 15 de dezembro, a visita do Papai Noel, para celebrar o Natal. O bom velhinho levou os presentes pedidos nas cartinhas, que foram

encaminhadas ao TJMG para o apadrinhamento por magistrados e servidores.

Com o objetivo de colaborar com o Nutris, a Amagis promoveu, nos dias 9, 10 e 11 de dezembro, o tradicional Bazar de Natal do

Nutris, no Salão de Festas da Associação, em Belo Horizonte. No último dia de vendas, as expositoras do Nutris realizaram o sorteio, quando foram vendidos 170 bilhetes e a renda arrecadada para a creche. ●



Há mais de 50 anos, a AMAGIS trabalha na defesa dos direitos dos magistrados mineiros.

www.amagis.com.br

Visite o nosso site e confira notícias sobre o Poder Judiciário, artigos, sentenças, informações sobre serviços, benefícios, convênios e as produções da entidade.

A magistratura mineira com um espaço próprio na internet!

VALORIZAÇÃO

Campanha por Justiça cidadã marca encontro

O Encontro de Congraçamento da Magistratura, promovido pela Amagis e pelo TJMG, reuniu cerca de mil pessoas, entre magistrados e familiares, convidados e representantes de outros Poderes, no dia 13 de dezembro, em Belo Horizonte. O evento teve como destaque a campanha de valorização da atuação dos magistrados pela Justiça cidadã, lançada pela Amagis como marco inaugural das comemorações dos 60 anos da Associação, que acontecem neste ano.

Prestigiaram o encontro, o então governador Alberto Pinto Coelho e o presidente da Assembleia Legislativa de Minas Gerais, deputado Dinis Pinheiro, entre outras autoridades.

O presidente da Amagis, desembargador Herbert Carneiro, classificou o encontro como oportunidade de reunir juízes e desembargadores e os representantes dos Três

Poderes, parceria fundamental para o aprimoramento da Justiça. “A Lei de Organização e Divisão Judiciárias (LODJ) foi uma conquista deste ano, possibilitada pela parceria cada vez mais estreita entre a Amagis, os magistrados mineiros, os deputados da Assembleia e o Governo do Estado”, ressaltou.

Alberto Pinto Coelho destacou o bom relacionamento com o Judiciário

e os avanços conquistados com a aprovação, neste ano, da nova LODJ. “O Poder Judiciário é fundamental para as conquistas dos avanços econômicos e sociais. E o Judiciário de Minas Gerais, especificamente, é um berço de magistrados de grande destaque”, disse.

O presidente da Assembleia Legislativa de Minas Gerais, deputado Dinis Pinheiro, reafirmou a parceria com a Amagis em prol da cidadania. “A democracia pressupõe a separação dos Poderes, mas eles são harmônicos. Os projetos do Judiciário são os nossos projetos, afinal eles buscam o melhor para a sociedade,

que é uma Justiça ágil, eficiente e moderna”, ressaltou Pinheiro.

A importância da Justiça de primeiro grau e de uma gestão otimizada foi ressaltada pelo presidente do TJMG, desembargador Pedro Bitencourt Marcondes. “Iniciamos um

trabalho para melhorar a infraestrutura para o juiz, no sentido de otimizar a prestação jurisdicional com diversas medidas, entre elas o Processo Judicial Eletrônico (PJe)”, apontou.

Parte da renda obtida com o evento foi destinada ao Núcleo de Trabalho e Integração Social (Nuris), projeto social mantido pela magistratura mineira em favor de crianças e adolescentes carentes de Belo Horizonte. ●

Eduardo Rocha



Herbert Carneiro e Pedro Bitencourt saudaram os presentes

Tiago Parrela



Alberto Pinto, Pedro Bitencourt, Dinis Pinheiro, Herbert Carneiro

Eduardo Rocha



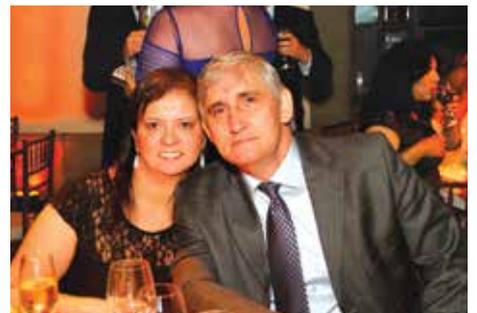
Herbert Carneiro, Denise, Margit Marcondes, Pedro Bitencourt

CONGRAÇAMENTO DA MAGISTRATURA

JANEIRO DE 2015

Amagis 13
Decisão

Eduardo Rocha







Tiago Parrela



NO AR

Destques dos programas de TV da Amagis em dezembro

VIA JUSTIÇA



Fotos: Fernanda Marquês

LEI NACIONAL ANTIFUMO * Foto

A Lei 12.546, que entrou em vigor no dia 3 de dezembro deste ano, proíbe o ato de fumar cigarrilhas, charutos, cachimbos, narguilés em locais de uso coletivo, públicos ou privados – mesmo que o ambiente esteja parcialmente fechado por uma parede, divisória, teto ou toldo. Nossos convidados são a juíza Mônica Silveira Vieira, da 4ª Vara Cível de Contagem, e Maria das Graças Rodrigues, presidente da Comissão de Controle do Tabagismo, Alcoolismo e uso de outras drogas da Associação Médica de Minas Gerais.

CENTROS DE SOLUÇÃO DE CONFLITOS

A Resolução nº 661/2011 do TJMG instituiu em todas as comarcas do Estado de Minas Gerais os Centros Judiciários de Solução de Conflitos e Cidadania. O que são estes centros judiciários? Como surgiram? E em que inovaram? Para falar sobre o assunto, recebemos a juíza Adriana Fonseca Barbosa Mendes, da 2ª Vara Cível de Viçosa, e Glauco Rodrigues, defensor público.

PROTEÇÃO JURÍDICA DOS DIREITOS HUMANOS

Dezembro é o mês em que se celebra os direitos humanos no mundo. Em 10 de dezembro de 1948, a Assembleia Geral da ONU adotou e proclamou a Declaração Universal dos Direitos Humanos. Para falar sobre isso, recebemos o juiz Carlos Frederico Braga Da Silva, diretor de Cidadania e Direitos Humanos da Amagis, e a defensora Cleide Aparecida Nepomuceno, coordenadora da Defensoria Especializada em Direitos Humanos, Coletivos e Socioambientais.

COMBATE AO USO DE DROGAS

O Via Justiça discute o uso da maconha no Brasil e no mundo. A maconha deve ou não ser legalizada? Quais os efeitos dela sobre o organismo humano? Nossos convidados são a juíza Andrea de Miranda da Costa, da 2ª Vara de Tóxicos de Belo Horizonte e Anderson Marques, presidente da Comissão de Assuntos Penitenciários da OAB-MG. ●

PENSAMENTO JURÍDICO



ESTATUTO DA FAMÍLIA E A GUARDA COMPARTILHADA

* Foto

O Direito de Família volta com força total ao debate no Congresso Nacional. Um dos pontos de discussão é o projeto de lei do Estatuto da Família (PL 6.583/13), que restringe o núcleo familiar à união entre homem e mulher. Para falar sobre o assunto, recebemos o desembargador Newton Teixeira Carvalho, da 13ª Câmara Cível do Tribunal de Justiça de Minas Gerais (TJMG).

PUBLICIDADE INFANTIL

O Conselho Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente (CONANDA), ligado à Presidência da República, aprovou resolução que proíbe propaganda infantil no Brasil. É possível regular a atividade publicitária, especialmente para as crianças, sem afetar a Constituição e a Democracia? Para falar sobre o assunto, recebemos o juiz José Honório de Rezende, da 1ª Vara da Infância e Juventude da Comarca de Ibitiré (MG).

PROGRAMA DAS NAÇÕES UNIDAS PARA O DESENVOLVIMENTO

Com o objetivo de contribuir para o desenvolvimento humano, o combate à pobreza e o crescimento do país nas áreas prioritárias, o Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento executa diversos projetos para colaborar na consolidação de países menos desenvolvidos. Para apoiar a estruturação do Judiciário nesses países, magistrados brasileiros participam de missões que levam estrutura aos órgãos legais. Para falar sobre o assunto, recebemos o desembargador Doorgal Gustavo Borges de Andrada, da 4ª Câmara Criminal do TJMG, que atuou como voluntário neste ano em Moçambique.

O USO PREDATÓRIO DA JUSTIÇA

A Semana Nacional de Conciliação deste ano se concentrou em um dos maiores entraves do Poder Judiciário, o chamado uso predatório da Justiça. Para falar sobre o assunto, recebemos o 3º vice-presidente do TJMG, o desembargador Wander Marotta, que também é o responsável pela Gestão de Inovação e Projetos de Conciliação do Tribunal. ●

ASSISTA

TV Assembleia
Sexta-Feira, às 23h

TV Justiça
Sábado, às 15h30

TV Comunitária
Sexta-Feira, às 23h30

ASSISTA

TV Justiça
Sábado, às 18h30

TV Comunitária
Sábado, às 22h

PATRIMÔNIO

Amagis reabre colônia de Nova Viçosa após reforma

A Amagis concluiu reforma realizada na colônia de férias de Nova Viçosa, Bahia, que teve o objetivo de oferecer maior conforto e bem-estar aos associados e familiares. Com isso, o estabelecimento foi reaberto para receber os associados e seus dependentes.

Durante o mês de novembro, a colônia esteve interdita, durante um período de 20 dias, desde o dia 30 de outubro, para não gerar nenhum desconforto, ou risco de acidente, aos que lá estivessem.

Além de valorizar o patrimônio, a Associa-

ção promoveu obras de manutenção em quatro casas, com a troca de tubulações hidráulicas, pintura externa e interna e substituição de bancos, entre outras melhorias.

A Amagis possui 22 apartamentos duplex em Nova Viçosa, todos equipados com TV, ar-condicionado e frigobar. Além disso, a colônia oferece 12 casas com três quartos, sala e varanda.

A Associação estuda ainda a modernização dos elevadores da colônia de Cabo Frio (RJ), na região dos Lagos, e a reforma da fachada do prédio. ●

Bruno Gontijo



No Sul da Bahia, Nova Viçosa oferece tranquilidade aos visitantes

LAZER E RELAXAMENTO

Conheça mais duas colônias de férias da Amagis

Fernanda Marquês



Cabo Frio está a 150 quilômetros do Rio de Janeiro

CABO FRIO

Localizada na Região dos Lagos, a 150 quilômetros da cidade do Rio de Janeiro, suas praias e dunas exuberantes, de areia branca e fina, proporcionam inesquecíveis momentos de lazer. A Amagis tem oito apartamentos no edifício Nautilus II, com três quartos, dois banheiros e sala. Um dos imóveis é adaptado para melhor

atender a pessoas portadoras de deficiência.

A 565 quilômetros de Belo Horizonte, possui aeroporto próprio e é uma das cidades litorâneas preferidas pelos mineiros. O viajante deve seguir pela BR-040, passando por Barbacena e Juiz de Fora, até Campos Elíseos (RJ). Em seguida, entrar na BR-493 (região dos Lagos), passando por Magé, Itaboraí e Rio Bonito, chegando em Cabo Frio. ●

Adriano Boaventura



Ubatuba possui natureza exuberante e sossego

UBATUBA

No litoral norte de São Paulo, Ubatuba possui uma natureza exuberante e oferece diferentes opções de lazer como as praias do Credo e Itamambuca, a Cachoeira da Água Branca, o Parque Estadual da Serra do Mar e o passeio de escuna até a Ilha do Anchieta. A cidade oferece ainda uma culinária diversificada.

A 600 quilômetros de Belo Horizonte, o viajante deve seguir pela BR-381 (Fernão Dias), entrar para Itajubá, pegar o trevo para Cachoeira de Minas, continuar até Santo Antônio dos Pinhais, pegar o trevo de Campos do Jordão para Caçapava. Atravessar a Via Dutra (BR-116), sentido Rio de Janeiro, segunda entrada à direita, continuar pela estrada até Ubatuba. ●

RECONHECIMENTO

TCE e CMBH agraciam magistrados mineiros

Tiago Parrela



Solenidade de outorga da Medalha do TCEMG

O presidente do TJMG, desembargador Pedro Bitencourt, recebeu, da Câmara Municipal de Belo Horizonte, o Título

de Cidadania Honorária da capital mineira, em solenidade realizada no dia 2 de dezembro. No dia 11 do mesmo mês, a juí-

za Marixa Fabiane Lopes Rodrigues, também foi agraciada com o Título de Cidadania Honorária de Belo Horizonte.

O presidente Pedro Bitencourt, os vice-presidentes do TJMG, desembargadores Fernando Caldeira Brant (1º) e Wan-

der Marotta (3º), o corregedor-geral de Justiça, desembargador Antônio Sérvulo, e o vice-corregedor-geral desembargador Marcílio Eustáquio Santos foram agraciados com o Colar do Mérito da Corte de Contas Ministro José Maria de Alkmin, no TCEMG. Também foram agraciados: o ministro Antonio José de Barros Levenhagen, presidente do TST; e os desembargadores Antônio Armando dos Anjos; Ana Paula Nannetti; Áurea Maria Brasil; Denise Pinho da Costa Val; Hilda Maria Pôrto de Paula; Jair José Varão Pinto Júnior; José Afrânio Vilela; José Mauro Catta Preta; Kárin Liliane de Lima; Maria Beatriz Madureira Pinheiro Costa Caires; Maria Luíza de Marillac; Moacyr Lobato; Newton Teixeira Carvalho; Teresa Cristina da Cunha; Walter Luiz de Melo e Wanderley Salgado de Paiva. ●

JUSTIÇA ELEITORAL

TRE-MG empossa mais dois novos juízes

Tiago Parrela



Domingos, Herbert, Paulo Abrantes, Geraldo, Gilson

O Tribunal Regional Eleitoral de Minas Gerais empossou, no dia 4 de dezembro, o juiz Paulo Rogério de Souza Abrantes como juiz efetivo do Tribunal, e o juiz Gilson Soares Lemes como juiz substituto da Corte Eleitoral. Ambos foram eleitos para os cargos em sessão do Tribunal Pleno do Tribunal de Justiça de Minas Gerais, realizada no dia 17 de novembro. O presidente do TRE-MG,

desembargador Geraldo Augusto de Almeida, destacou as trajetórias dos novos integrantes, que, de acordo com ele, sempre responsáveis e honradas e que dignificam o Tribunal. O presidente da Amagis, desembargador Herbert Carneiro, participou do evento de posse dos magistrados.

No dia 12 de dezembro, o TRE-MG inaugurou, em sua galeria de retratos de ex-presiden-

tes, as fotos dos desembargadores Antônio Carlos Cruvinel e Wander Marotta. Foi descerrado, também, o retrato do ex-presidente desembargador José Arthur de Carvalho Pereira, falecido em 2000, patrono da sala da presidência do Tribunal Regional Eleitoral. O presidente da Amagis, desembargador Herbert Carneiro, foi representado nessa solenidade pelo juiz Maurício Pinto Ferreira. ●

FIM DE ANO

Pensionistas celebram natal

Tiago Parrela



Confraternização no Salão da Amagis

As pensionistas da magistratura mineira reuniram-se, no dia 16 de dezembro, para celebrar o Natal, durante seu tradicional Chá de Fim de Ano. O encontro, realizado no Salão de Festas da Amagis, teve a presença do vice-presidente de Aposentados e Pensionistas, desembargador Tibagy Salles, representado o presidente da Amagis, da diretora de Pensionistas da Associação,

Marlene Fernandes, e da esposa do presidente do TJMG, Margit Marcondes.

A celebração foi embalada pela apresentação musical do desembargador Guilherme Luciano Baeta Nunes. Além disso, a Amagis presenteou todas as pensionistas com uma lembrança, e a esposa do presidente do TJMG, trouxe um vaso de flores para ser entregue a cada uma delas. ●

MÚSICA CLÁSSICA

Filarmônica abre inscrições para temporada 2015

Eugênio Sávio



Programação está disponível no site da orquestra

A Orquestra Filarmônica de Minas Gerais está recebendo, desde o dia 1º de dezembro até 30 de janeiro de 2015, as novas assinaturas para a temporada 2015. O período de inscrição pode ser reduzido caso os assentos disponíveis para assinaturas se esgotem.

A programação completa das apresentações pode ser conferida no site da Filarmônica, mas estão agendadas duas apresentações do pianista mineiro Nelson Freire, de carreira internacional, nos dias 5 e 6 de março; concertos dedicados a Beethoven, durante todo ano; além de outras apresentações, que fazem parte da agenda de concertos.

Você pode assinar 9 concertos 'Fora de Série' (aos sábados); 12 concertos, séries Allegro, Presto, Vivace

ou Veloce (às quintas e sextas); 21 concertos (uma série de 12 concertos mais os concertos da Fora de Série); 33 concertos (duas séries de 12 concertos mais os concertos da Fora de Série); e, 24 concertos (duas séries com essas opções de combinação).

As inscrições podem ser feitas pessoalmente no estande da Filarmônica no Palácio das Artes, a partir do dia 5 a 30 de janeiro, nos horários de 9h às 21h; ou via internet, no endereço: www.ingressorapido.com.br/Assinaturas/Filarmonica

O pagamento pode ser feito através do cartão de débito, apenas nos estandes da Filarmônica, no Palácio das Artes, ou crédito (parcelado em até 6 vezes). Mais informações no telefone: (31) 3219-9009. ●

SÉTIMA ARTE

Tiradentes recebe 18ª mostra de cinema



Exibição de *Cidade Deus* reuniu centenas de pessoas na praça de Tiradentes

Dos dias 23 a 31 de janeiro, amantes da sétima arte de todo o país irão se encontrar na Mostra de Ci-

nema de Tiradentes, que chega a sua 18ª edição, para discutir "Qual o lugar do cinema hoje?", tema

central do encontro, no qual, além das exposições, serão realizadas exposições, seminário e oficinas.

Nessa edição, será homenageada a atriz paraense Dira Paes, 45 anos, cuja trajetória de 30 anos no

cinema reúne 37 longas-metragens. Sua estreia foi em 1985, com o filme "A floresta das esmeraldas". A produção mais recente da atriz é o inédito "Órfãos do Eldorado", que abre a programação da Mostra Tiradentes, no dia 23 de janeiro, no Cine-Tenda.

Nos seus 18 anos de criação, a Mostra Tiradentes consolidou-se como festival de incentivo à produção audiovisual independente. Pelo terceiro ano consecutivo, será entregue no encontro o Prêmio Itamaraty para o melhor longa da Mostra Aurora, eleito pelo júri da crítica, segmento exclusivo da programação para diretores em início de percurso em longa-metragem. ●



ENTREVISTA >> DESEMBARGADOR DOORGAL ANDRADA

O desembargador Doorgal Gustavo Borges de Andrada, da 4ª Câmara Criminal do Tribunal de Justiça de Minas Gerais (TJMG), esteve no Timor Leste, na Ásia (em 2012), e em Moçambique, no sudeste africano (em 2014), trabalhando pela reconstrução do Poder Judiciário desses países, como voluntário do programa das Nações Unidas.

Nesta entrevista, o magistrado comenta sua participação no exterior pela consolidação dos Judiciários locais e a importância dessa atuação dos magistrados brasileiros. Doorgal Andrada também avalia que é um desafio para os países da África tentarem consolidar suas democracias e, obviamente, o seu Judiciário, principalmente em Moçambique, devido a guerra civil que o país passou.

“

O Judiciário busca crescer e se fortalecer, mas o ambiente não é muito fácil

O senhor esteve, recentemente, no Timor Leste e agora, em Moçambique. Como foi essa experiência?

O Timor Leste foi uma experiência fantástica de sete meses. Outros juízes brasileiros já participaram, e, neste ano, eu tive coragem de ir para Moçambique, um país com muita dificuldade que conviveu durante 17 anos com uma guerra civil, muito pobre e carente. O país tem crescido 7% ao ano, é um lugar que tem muito a se fazer e, de um modo geral, muito sofrido, não só por falta da estrutura material, mas por ter saído de uma guerra civil violenta entre dois grupos que queriam tomar o poder. Quando estive lá, ainda havia resquícios dessa guerra, que ameaçava voltar no centro do país. O Judiciário busca crescer e se fortalecer, mas o ambiente não é muito fácil, e os juízes sabem que em uma guerra, você não pode enfrentar a qualquer custo a força das armas.

Qual é a razão dessas missões que o senhor já participou?

No Timor, um dos motivos foi o ressurgimento do país, organizando-o e construindo o seu Judiciário, porque, em 1975, ele ficou independente, mas logo em seguida houve a invasão pela Indonésia, e, somente no ano 2000, a ONU conseguiu fazer a nova independência do país. Já Moçambique é diferente. Desde 1975, o país é independente e já tinha seu Poder Judiciário, que, pouco a pouco, tenta crescer e se firmar, mas faltam prédios, não existem juízes no interior, assim como o respeito ao Judiciário não é tão profundo como temos aqui no Brasil. É um desafio para os países da África tentarem consolidar suas democracias e, obviamente, o seu Judiciário.

A questão política é também sempre conflituosa. Por exemplo, no Timor Leste, notícias recentes apontam que

a questão política se agravou em função desses juízes.

Ficamos surpresos com as notícias porque o governo do Timor Leste determinou a expulsão de praticamente todos os juízes estrangeiros que lá trabalhavam, mais ou menos uns 20, e em sua maioria portugueses. O governo deu 48 horas para que todos os juízes deixassem o país, e isso é certamente porque algum tipo de julgamento, ou investigação, estava incomodando o governo, certamente na área da corrupção ou das verbas públicas.

Que impressões o senhor trouxe desses países?

Eu percebi que a vida no Timor era mais pacata, localizada numa ilha asiática, com uma população pequena e muito carente. Já Moçambique é um país mais vibrante, mas de uma cultura muito diferente da nossa, embora você se surpreenda com fatos

positivos e negativos. Mas a África você tem de conhecer para entender.

Que tipo de contribuição os magistrados brasileiros podem levar para esses países?

O que observamos é que tanto um quanto o outro ficam atentos ao Brasil e curiosos, por exemplo, quando falamos em Defensoria Pública. Talvez pelo motivo de que Portugal não tinha Defensoria Pública, eles também não tiveram. Eles enxergam isso no Brasil de uma forma muito positiva para resolver os problemas dos mais carentes. Eles ficam muito atentos com a questão da nossa legislação contra o crime de colarinho branco, por terem uma corrupção elevada. Nesses aspectos, eles copiam muito do Brasil. De um modo geral, eles veem o Brasil como um modelo. Porém, o Judiciário, em qualquer país, não se muda da noite para o dia. É uma construção permanente. ●

”

É um desafio para os países da África tentarem consolidar suas democracias e, obviamente, o seu Judiciário

A expulsão de juízes se deu porque algum tipo de julgamento, ou investigação, estava incomodando o governo

BEST-SELLER

O Capital no Século XXI

DESEMBARGADOR TARCÍSIO
MARTINS COSTA

É o título do livro do economista francês Thomas Piketti - *Le capital au 21e siècle* - de quase 700 páginas, que trata do estado atual de nosso conhecimento histórico sobre a dinâmica da distribuição desigual da renda desde o século XVIII e quais as lições que podemos tirar disso para evitar a gritante desigualdade econômica nos dias de hoje.

A obra alcançou a primeira posição da Amazon e, logo depois de lançada em 2013, teve sucessivas edições esgotadas nas livrarias francesas, figurando como a mais vendida, fato raro no campo da economia. Não tardou a se transformar em best-seller mundial, tornando-se a febre literária do momento, espalhando-se por revistas e sites do mundo inteiro.

As teses defendidas pelo professor da École des Hautes Études en Science Sociales (EHESS), que versam temas como distribuição de renda, capital e justiça social, e imposto progressivo e mundial sobre a riqueza, entre outros, dos quais se ocupa há mais de 20 anos, vêm causando furor internacional, sendo o livro, traduzido em diferentes idiomas, lançado no Brasil, em 2014, pela Editora Intrínseca.

Com a autoridade que quem há quase 50 anos tentou ler os dois volumes do *Das Kapital*, do velho Karl Marx (tradução espanhola), posso afirmar que se trata de leitura incom-

paravelmente mais fluente, agradável e instigante, para todos aqueles que desejam conhecer a estrutura básica do capitalismo atual e as raízes da desigualdade na distribuição da renda, que voltou a aumentar nas últimas décadas, beneficiando herdeiros e prejudicando a ascensão social, o que colocaria em risco a democracia. O Brasil, ao contrário da África do Sul e da Índia, ficou fora do livro, por não oferecer dados confiáveis sobre renda e propriedade.

Acredito que o *Capital no Século XXI* é leitura obrigatória, sobretudo para os que se insurgem contra as desigualdades sociais e se dizem cristãos, pois a distribuição tão desigual da riqueza mundial afronta a mensagem sociológica do evangelho. Como disse o próprio Piketty à Folha de São Paulo (Caderno Mercado 2, de 20/12/2014): “A questão econômica é importante demais para ser deixada para economistas, que às vezes tentam fazer crer que dispõem de uma ciência realmente complicada que os outros não podem compreender e que é preciso deixá-los em paz. Isso é uma gigantesca piada”.

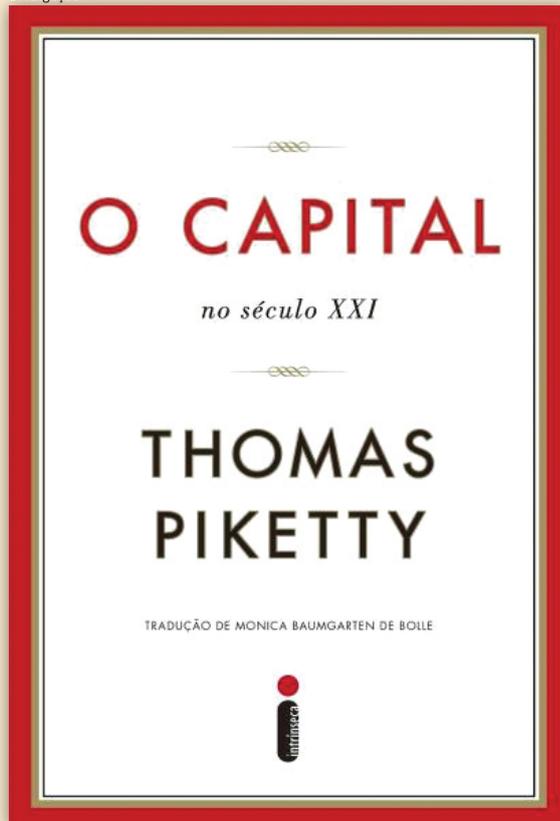
O livro se divide em quatro partes: 1ª - Renda e Capital; 2ª - A dinâmica da relação renda/capital; 3ª - A estrutura da desigualdade e 4ª - Regular o capital no século XXI. Todas divididas em temas e subtemas, estes dificilmente ultrapassando a duas ou três páginas, o que facilita

a compreensão, tornando a leitura mais dinâmica.

Os títulos de alguns capítulos falam por si mesmos: Dos blocos continentais aos blocos regionais; desigualdade mundial: de 150 euros por mês a 3.000 euros por mês; A lei do crescimento acumulado; O significado da moeda nos clássicos da literatura; A riqueza pública na história; O novo mundo e o velho mundo; O peso da escravidão; Capital escravo e capital humano; Bens duráveis e objetos de valor; O mistério do valor da terra; O rendimento do capital ao longo da história; Os caprichos da tecnologia; Classe populares, classes médias, classes superiores; O véu casto das publicações oficiais; Da ‘sociedade dos rentistas’ à ‘sociedade dos executivos’; O Código Civil e a ilusão da Revolução francesa; Os limites das declarações de renda; Grades salariais e salário mínimo; A ascensão dos superexecutivos; Das listas de bilionários aos ‘relatórios mundiais sobre a fortuna’; Riqueza dos mortos, riqueza dos vivos; A hierarquia moral das fortunas; A China vai possuir o mundo?; A explosão dos salários dos executivos: o papel do regime fiscal; O imposto sobre o capital, na história; O que fazem os bancos centrais; Juridicismo e política; Aquecimento global e capital público.

Aspecto interessante é que o autor incursiona na literatura (Balzac e Jane Aus-

Divulgação



ten), para demonstrar as estruturas desigualitárias da sociedade patrimonial clássica (século XIX), dos dois lados do Canal da Mancha. Estabelecida a premissa de que em todas as sociedades só há dois modos de alcançar melhor patamar de vida, ele evoca célebres passagens balzacianas, extraídas das obras “Pai Goriot” e “Ascensão e Queda de César Birroteau”. Para evidenciar a grandes desigualdades do capitalismo, especialmente nos EUA, Piketty se serve também do cinema (Orson Welles, Stanley Kubrick, Tarantino e outros), e de séries de TV.

Em suas conclusões, diz claramente não conceber outro lugar para economia que não o de subdisciplina das ciências sociais, ao lado da história, socio-

logia, antropologia e ciências políticas. Proclama, ainda, com todas as letras: “não gosto muito da expressão ‘ciência econômica’, que me parece terrivelmente arrogante e poderia fazer crer que a economia teria atingido uma cientificidade superior, específica, distinta de outras ciências sociais. Prefiro a expressão ‘economia política’, talvez um pouco antiquada, mas que tem o mérito de ilustrar o que me parece ser a única especificidade aceitável da economia dentro das ciências sociais, a saber, o seu propósito político, normativo e moral”. Onde estiver, certamente, nosso Mestre de Economia Política, na Faculdade de Direito da UFMG, Washington Albino, estará aplaudindo de pé. A ele a nossa granítica saudade. ●

EMERGÊNCIA

Conheça condições de uso do transporte aeromédico

Como mais um dos benefícios do Amagis Saúde, os usuários do plano podem, desde de abril último, utilizar o transporte aeromédico inter-hospitalar (intermunicipal ou interestadual), como um importante recurso para o atendimento em situações de emergência.

Todos os usuários do plano terão direito ao benefício, que permite uma

remoção rápida de um hospital a outro, desde que o caso do paciente se enquadre nas situações previstas.

O transporte será feito dentro da área de abrangência do plano, e o hospital de destino deve estar credenciado ao Amagis Saúde. A equipe do plano de saúde está sempre pronta para oferecer o mais completo e atencioso suporte aos usuários. ●

shutterstock



Transporte pode salvar vidas

VEJA A REGULAMENTAÇÃO COMPLETA DO SERVIÇO DE TRANSPORTE AEROMÉDICO:

Art. 17 - Aos associados do PLANO, será garantido o transporte aeromédico, intermunicipal ou interestadual, inter-hospitalar (do hospital de origem para o hospital de destino credenciado da AMAGIS SAÚDE), dentro da área geográfica de abrangência do PLANO, depois de realizados os atendimentos classificados como urgência e emergência, nas seguintes situações:

- I. Necessidade de recursos complementares:
 - a) Desde que os hospitais da cidade onde se encontra o Associado não detenham condições de ministrar o tratamento solicitado;
 - b) Sempre por solicitação e determinação exclusiva do médico responsável pelo associado;
 - c) Para o hospital mais próximo e que detenha as condições de prestar o tratamento solicitado às necessidades do associado;
 - d) Para leito em UTI/CTI;
 - e) Somente quando a distância entre o hospital em que se encontra o associado e aquele para qual a solicitação de remoção foi requerida seja, impreterivelmente, superior a 50km (cinquenta quilômetros) terrestres.
 - II. Repatriamento:
 - a) Após o tratamento inicial, quando o quadro clínico permitir;
 - b) Sob restrita indicação médica, havendo absoluta imposição técnica para o transporte em ambulância UTI;
 - c) Sendo a distância entre o hospital em que se encontra o associado e aquele para qual a solicitação de remoção foi requerida seja, impreterivelmente, superior a 50km (cinquenta quilômetros) terrestres;
 - d) Para leito em UTI/CTI.

§ 1º - O transporte aeromédico não será realizado caso não observado os requisitos previstos no caput deste artigo e, ainda:

 - I. Caso o associado apresente estado de coma irreversível, haja vista a impossibilidade de cura;
 - II. Caso o associado apresente quadro sem possibilidades terapêuticas – fase terminal, haja vista a impossibilidade de cura;
 - III. Caso o associado apresente qualquer sintoma ou indício de embriaguez, tendo em vista a exposição potencial dos tripulantes e equipe médica ao risco de agressões físicas, bem como de danos que porventura possam ser causados à aeronave;
 - IV. Caso o associado tenha qualquer sintoma ou indício de uso de drogas ilícitas, tendo em vista a exposição potencial dos tripulantes e equipe médica ao risco de agressões físicas, bem como de danos que porventura possam ser causados à aeronave;
 - V. Caso o associado apresente quadro de distúrbio psiquiátrico/surto psicótico, tendo em vista a exposição potencial dos tripulantes e equipe médica ao risco de agressões físicas, bem como de danos que porventura possam ser causados à aeronave;
 - VI. Caso o associado, por quaisquer outras circunstâncias, não apresente condição clínica/cirúrgica para se submeter ao transporte;
 - VII. Caso haja plenas condições para o tratamento do associado na localidade onde ele se encontra;
 - VIII. Caso o transporte vise à realização de hemodiálise de rotina periódica programada ou exames complementares ao diagnóstico;
 - IX. Caso não exista aeródromo homologado ou registrado e faltem condições seguras de voo, ausências essas que coloquem a tripulação e o paciente em risco de morte.
- § 2º - A prestação do serviço de transporte aeromédico será realizada através de prestador credenciado pela AMAGIS SAÚDE, mediante autorização prévia.

Suplemento do Plano de Saúde da Associação dos Magistrados Mineiros AMAGIS

Rua Albita, 194 • Cruzeiro
Belo Horizonte • MG
Telefax: (31) 3079-3499
e-mail: imprensa@amagis.com.br
www.amagis.com.br

Presidente da Amagis:
Desembargador Herbert
José Almeida Carneiro

Diretoria do Amagis Saúde:
Vice-presidente de Saúde
Juiz Maurício Torres Soares

Diretor de Saúde
Juiz Edison Feital Leite

Diretor Financeiro
Juiz Cláudio Manuel
Barreto de Figueiredo

Conselho Gestor:
TJMG

Wander Paulo Marotta Moreira
Geraldo Domingos Coelho

Suplentes
José Geraldo Saldanha da Fonseca
Geraldo José Duarte de Paula

Juízes da Capital
Maria Luíza Santana Assunção
Edison Feital Leite

Suplentes
Marco Aurélio Ferenzini
Marli Maria Braga Andrade

Juízes do Interior
Marcelo Carlos Cândido
Dalton Soares Negrão

Suplentes
Paulo Antônio de Carvalho
André Luiz Tonello de Almeida

Aposentados
Cláudio Manuel Barreto Figueiredo
Francisco Albuquerque

Suplentes
Noelho Adelino Machado
Mauro Soares de Freitas

Diretoras de comunicação:
Juizas Aldina de Carvalho Soares
e Rosimere das Graças do Couto

Coordenador de Comunicação:
Bruno Gontijo • Mtb - MG: 11008

Jornalistas:
Georgia Baçvaroff - Mtb - MG: 08441
Adriano Boaventura • Mtb - MG: 9181
Fernanda Marques • Mtb - MG: 12188
Tiago Parrela • Mtb - MG: 14634

Projeto Gráfico:
Agência Graffo

Diagramação:
Fosfato Comunicação Digital

Pré-impressão/Impressão:
Gráfica e Editora Del Rey

EXIGÊNCIAS DA ANS

Conselho Gestor autoriza ajustes no regulamento

O Conselho Gestor do Amagis Saúde reuniu-se, no dia 10 de dezembro, na sede da Associação, para discutir e aprovar as adequações no regulamento do plano de saúde, a fim de atender às exigências da Agência Nacional de Saúde (ANS). As alterações são de ordem operacional e foram sugeridas pela Grunitzky Auditores Independentes.

O cumprimento das exigências da ANS é uma preocupação permanente da diretoria da agência, visando a excelência no atendimento ao associado. No dia 20 de novembro, a agência divulgou o Índice de

Adriano Boaventura



Conselho de Saúde observou as normas da ANS para mudança

Desempenho de Saúde Suplementar 2014, com a avaliação das operadoras, que vai de zero a 1. O Amagis Saúde recebeu

a nota 0,9267, ficando classificada com uma das melhores do país.

Para fazer a classificação, a ANS observa

critérios como a atenção à saúde, estrutura, operação, rede credenciada, qualidade do atendimento e o equilíbrio

econômico-financeiro das operadoras de saúde. O Amagis Saúde foi bem avaliado em todos os quesitos. ●

OUVIDORIA

Amagis Saúde participa de capacitação



Curso abordou desafios das ouvidorias

A Ouvidoria do Amagis Saúde participou, entre os dias 9 e 11 de dezembro, do "Curso de Atualização e Certificação em Ouvidoria", realizado em Florianópolis (SC), pela Associação Brasileira de Ouvidores. O objetivo da

diretoria da Associação é qualificar, a cada dia, o atendimento ao usuário, tendo na ouvidoria um instrumento para ampliar a interlocução com o associado.

Durante os três dias de atividade, foram discutidos temas

como os desafios institucionais da ouvidoria, práticas e gestão avançada, sistema informatizado para gestão, ética, mediação e solução de conflitos, e os direitos e a defesa dos consumidores no âmbito público e privado. ●

NOVOS CREDENCIADOS

Cidade	Especialidade	Credenciado	Endereço	Telefone
Ipatinga	Clínica Médica e Dermatologia	Samaira Prado Coelho	Rua Palmeira, nº 24 - Horto	(31) 3824-8078
Poços de Caldas	Psicologia	Karina Modesti	Rua Paraíba, nº 349 Sala 213 - Centro	(35) 9147-4797
Uberaba	Psicologia	Karine Rodrigues da Silva	Rua Coronel Manoel Borges, nº 568 - Mercês	(34) 3333-6411
Uberlândia	Oftalmologia	Instituto de Olhos Santa Genoveva	Av. Vasconcelos Costa, nº 962, 1º Andar - Martins	(34) 3214-3033